

Quotidiano prisional em Peniche (1934-1945)

Rosalina Carmona



Depósito de Presos de Peniche, 1935.

Foto: Câmara Municipal de Peniche

Resumo

Neste artigo propomos um olhar sobre o quotidiano prisional na Fortaleza de Peniche, passando ainda pela Fortaleza de Angra do Heroísmo, no início dos anos 1930. Como eram tratados e os castigos que eram infligidos aos presos, as condições em que sobreviviam e alguns acontecimentos da vida quotidiana dos prisioneiros, ocorridos naqueles cárceres do regime fascista. Para tanto, utilizámos como fontes o jornal e o boletim “Solidariedade” editados pelo Socorro Vermelho Internacional, o jornal ‘O Proletário’, o jornal Avante!, o Registo Geral de Presos e Boletins de Presos da PVDE do Arquivo Nacional Torre do Tombo e ainda bibliografia, que referimos em rodapé.

Em Maio de 1934, a Secção Portuguesa do Socorro Vermelho Internacional editava o primeiro número do boletim clandestino “Solidariedade”, no qual saudava as mães, as companheiras e os filhos dos «heroicos combatentes antifascistas» presos e deportados na sequência do 18 de janeiro e recordava

as páginas «sombrias, onde o crime, a arbitrariedade e a miséria imperavam» e quanto haviam custado ao país e «às massas trabalhadoras oito anos de ditadura». Lembra ainda as «500 novas vítimas da contra-revolução salazarista» referindo serem «estes camaradas que os esbirros do grande capital pretendem assassinar enviando-os para Angola, para a margem sul do Cunene.»¹ Este era o negro balanço dos acontecimentos do 18 de janeiro de 1934, traçado no “Solidariedade”.



Boletim nº 1 “Solidariedade” da Secção Portuguesa do Socorro Vermelho Internacional

O boletim exortava os presos, deportados e perseguidos a que se unissem e escrevessem aos trabalhadores de todo o país e a todos aqueles que «honestamente repudiavam o crime e a mentira

¹ “Solidariedade” nº 1, Boletim Central da Secção Portuguesa do Socorro Vermelho Internacional (manuscrito), Maio, 1934. Cf. PT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-14234-4_m0286

propagandeados pelo 'Estado Novo', que dessem exemplos de heroicidade e abnegação que iluminassem o caminho que conduzisse à libertação do povo do jugo da ditadura fascista»².

No ano seguinte de 1935, volta o jornal 'O Proletário' sob o título "O que vai pela fortaleza de Peniche"³ a transcrever uma carta enviada daquela prisão, com a data de 9 de Junho de 1935 onde perpassa o clima opressivo que se abateu sobre o país, e em particular sobre os presos, após o 18 de Janeiro de 1934 mas, ao mesmo tempo, ressalta o espírito de resistência que os presos políticos opunham aos seus carcereiros.

A carta refere como os guardas tentavam obrigar os presos ao cumprimento de tarefas que estes consideravam humilhantes, o que gerava conflitos. Os presos alegavam que apenas trabalhariam nos seus ofícios. É então descrito um incidente particularmente grave, que resultaria na deportação de vários detidos para a Fortaleza Militar de Angra do Heroísmo.

Neste relato, comprova-se ainda como as Casamatas, tratando-se de dependências insalubres e mal ventiladas – elementos arquitetónicos de suporte à estrutura defensiva existentes no interior da muralha da Fortaleza - eram utilizadas como celas de castigo no início dos anos de 1930 ou, quando não, antes mesmo desta data.

«Na 3ª feira passada (dia 4) deram-nos como de costume ½ hora para fazermos a limpeza e a maioria dos camaradas estavam deitados e deitados ficaram, isto quer dizer; que não fizemos a limpeza. Passados minutos apareceu o sub-chefe da polícia, que nos mandou levar as camas para fóra da Caserna. Quando procedíamos à mudança das camas, uma força da Guarda Republicana e uns poucos de polícias, faziam-nos a guarda de honra. Depois o sub-chefe, apoiado nas armas da guarda presente, chamou 4 camaradas, cantando a Internacional e com guarda à vista, fizeram a limpeza. No dia seguinte (dia 5) repetiu-se a mesma coisa, mas na Caserna 1, o caso mudou de figura. Os primeiros 4 camaradas chamados para fazer a limpeza, negaram-se terminantemente, tendo até um jovem camarada, despedido a a camisola para que lhe batessem e o sub-chefe perante estas atitudes mandou os 4 camaradas para a Casamata e chamou outros 4 que também terminantemente se recusaram a fazê-lo. Outros foram chamados e todos se negaram a fazê-la, tendo por isso ido para a Casamata, 36 camaradas da Caserna 1. No dia seguinte, ou seja na passada quinta feira 6, ainda os camaradas se encontravam na Casamata e quando nos vieram dizer que tínhamos de fazer a limpeza novamente nos negámos, tendo sido chamado o sub-chefe, que indicou 4 camaradas.

² "Solidariedade" nº 1, Boletim Central da Secção Portuguesa do Socorro Vermelho Internacional, Maio, 1934. Cf. PT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-14234-4_m0286

³ "O que vai pela fortaleza de Peniche", "O Proletário", agosto, 1935, Série ilegal, Ano II, nº 16, pg. 2. Cf. PT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-14234-4_m0194

Esses camaradas como nos outros dias, negaram-se a fazê-la e todos nós em número de 38 juntámo-nos em frente do sub-chefe e seus acólitos, clamámos em voz alta que não fazíamos a limpeza, e que estávamos dispostos a não ser mais vexados; depois como visse que nada conseguia, mandou-nos trazer as camas para fora da Caserna em termos autoritários e violentos, o que levou um dos nossos camaradas a dar uns passos em frente, dizendo-lhes que eramos homens dignos e que não estávamos dispostos a admitir mais vexames.»⁴



Em 1934 os presos recusam fazer a limpeza das Casernas, por considerarem uma tarefa humilhante. Como castigo, 36 são encarcerados nas Casamatas. Foto: Câmara Municipal de Peniche

Perante a resistência dos presos, o sub-chefe puxou da pistola para os enfrentar, sendo imitado pelos guardas. Os presos, entretanto, avançaram para os guardas que recuaram, tendo chamado de urgência uma força da GNR que obrigou os presos pela violência, a entrar nas Casernas.

«Do conflito resultaram 7 camaradas feridos, um deles grave, pois levou uma coronhada nas costas na direcção do pulmão esquerdo, coronhada tão violenta que lhe fez uma grande chaga. Foram metidos

⁴ “O que vai pela fortaleza de Peniche”, “O Proletário”, agosto, 1935, Série ilegal, Ano II, nº 16, pg. 2. Cf. PT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-14234-4_m0194

na Casamata 2 camaradas desta Caserna. Na Caserna 2 sucedeu o mesmo e os da 1 foram tirados da Casamata e para não apanharem coronhadas tiveram que fazer a limpeza.»⁵

Como protesto os presos declararam-se em greve de fome, sendo castigados com a recusa de visitas, proibição de recreio, proibição de correspondência e recusa de pedidos de compras de géneros no exterior, através de uma mulher que na cadeia tinha essa função.

Prossegue a notícia: «No dia seguinte de madrugada 19 camaradas, alguns com a pena quasi cumprida, faltando-lhe a uns 28 dias, outros 2 mezes, 3 mezes, etc. foram para Lisboa e consta aqui que foram deportados para Angra do Heroísmo. Quando estes 19 camaradas saíram daqui, deviam ser uma 5 horas da manhã, passaram pela frente da Caserna 2 e romperam aos gritos Viva a revolução Social, Abaixo os tiranos, etc., tendo estes camaradas correspondido.

Na realidade seguiram para a Fortaleza de Angra os seguintes camaradas: Bernardino Xavier condenado em 3 anos, agredido antes de seguir para a deportação, José Bernardo 3 anos, Álvaro Gonçalves 6 anos, Carvalho Cruz 4 anos, José António Machado a quem apenas faltavam 2 mezes para cumprir a pena a que foram condenado, Garradas a quem apenas faltavam 20 dias agredido antes de partir, Rodrigues a quem faltavam 20 dias, agredido, Militão 20 dias, agredido, Salgueiro a quem faltavam 2 mezes, Pires 3 mezes, Américo 6 meses, Vilarigues 6 meses, Manuel d'Oliveira 2 mezes, Sevela 12 meses, Mesquita sem processo, Armando Calé[t] por julgar, Cochico condenado em 6 anos. Nesta leva seguiu também José Filipe da Costa que desde 9 de maio se encontrava «enterrado» no segredo do Aljube. Trabalhadores: assim trata o «Estado Novo» os heroicos operários presos!»⁶

No mesmo jornal é referida a situação particularmente vulnerável das famílias dos prisioneiros, que se viram privadas dos seus entes queridos, em muitos casos o único suporte económico da família. O jornal publica um apelo de solidariedade para com os presos e as famílias, ao mesmo tempo que confirma a violência da repressão exercida pelo regime nas cadeias políticas, sobre os participantes da greve do 18 de Janeiro de 1934.

«Cerca de 500 camaradas estão presos ou deportados. Sofrem nas masmorras do «Estado Novo», as consequências da sua dedicação pela classe operária» e por lutar pelos «legítimos interesses dos trabalhadores. Teem família que vivia dos seus braços presentemente manietados. Há fome nos seus lares. O S.V.I.⁷ luta com dificuldades para valer a todos. Precisamos recolher dinheiro para valer aos

⁵ “O que vai pela fortaleza de Peniche”, “O Proletário”, agosto, 1935, Série ilegal, Ano II, nº 16, pg. 2. Cf. PT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-14234-4_m0194

⁶ “O que vai pela fortaleza de Peniche”, “O Proletário”, agosto, 1935, Série ilegal, Ano II, nº 16, PT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-14234-4_m0194

⁷ Socorro Vermelho Internacional

presos e deportados e livrar suas famílias da miséria! O Proletário abre, nas suas colunas, para este efeito, contribuindo já com cinquenta escudos uma subscrição permanente, cujo produto será entregue ao S.V.I. para que o distribua. É necessário que cada G.D.S., cada sindicato revolucionário, cada um dos nossos militantes corra à chamada, contribuindo e organizando a recolha de contribuições para as vítimas da luta de classes!»⁸

Apesar da repressão e prisões em massa, continuavam a persistir em diversos locais do país focos de resistência, que o regime tentava dominar usando o terror e a intimidação. Foi o que sucedeu com a jornada de agitação e luta “Contra a Fome, a Guerra e o Fascismo”, desencadeada pelo PCP a 28 de Fevereiro de 1935 no Barreiro. Esta ação culminou com a colocação de várias bandeiras vermelhas, uma das quais na alta chaminé das Oficinas dos Caminhos-de-ferro e outras em várias ruas da vila operária e ainda no Lavradio e Alhos Vedros. Na preparação desta jornada participou o próprio secretário-geral do PCP, Bento Gonçalves, em diversas deslocações que fez ao Barreiro para reunir com a organização comunista local. Esta ação, que acabaria por constituir um grande desafio ao regime, terminou com a repressão violenta e a prisão de dezenas de operários barreirenses. Bento Gonçalves, secretário-geral, será um dos acusados no processo e viria a ser preso ainda em novembro de 1935.⁹

Como refere um comunicado da célula comunista da CUF, a propósito desta ação «já se efectuaram mais de 100 prisões na CUF, Caminhos de Ferro e mais de 45 estão mantidas e tudo nos indica que mais prisões serão feitas se a tal o proletariado barreirense não se opuser».¹⁰

Muitos destes presos serão julgados e condenados, outros serão presos sem culpa formada. Ao todo, dos 47 julgados 32 acabaram a cumprir penas em Peniche e Aljube. Os restantes conseguiram escapar à perseguição policial, sendo julgados à revelia. Alguns, como Vicente Sequeira, foram para Espanha onde combateram pela República. Vicente Sequeira, que após o final da Guerra Civil de Espanha foi preso pelas autoridades franquistas e depois de cumprir a pena e ser repatriado para Portugal em

⁸ “Solidariedade aos Presos” in “O Proletário” maio, 1934, Série ilegal Ano 1, nº 3, pg. 4. Cf. PT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-14234-4_m0224.

⁹ Bento Gonçalves, que já era procurado pela polícia, seria preso a 11 de novembro de 1935 juntamente com José de Sousa e Júlio Fogaça, após o seu regresso de Moscovo onde participaram no VII Congresso da Internacional Comunista. A prisão do dirigente máximo do PCP representou um duro golpe na organização clandestina, reconhecido pelo próprio Avante!, que refere a propósito: «Com estas prisões foi-nos vibrado um golpe profundo e doloroso. Mas, se é verdade que a dor de tão preciosa perda cala fortemente no nosso espírito, também não é menos verdade que ela chama a nossa atenção para a necessidade de reforçar a vigilância revolucionária». Bento Gonçalves seria deportado sucessivamente para Angra do Heroísmo e posteriormente para o Tarrafal, onde viria a falecer a 11 de Novembro de 1942, vitimado por falta de assistência médica. GES-PCP, “As últimas prisões”, Avante! nº 14, II Série, Dezembro, 1935, pg. 1.

¹⁰ Comunicado da Célula da CUF do Barreiro”, cf. PT-TT-ADLSB-JUD-TCLSB-C-C-001-14234-2

1948, foi imediatamente detido pela PIDE na fronteira, logo à entrada de Portugal¹¹. O regime ainda não o esquecera. Outros ainda nunca vieram a ser capturados, desconhecendo-se qual a sua sorte ou paradeiro.



Uma das bandeiras içadas no Barreiro na noite de 28 de Fevereiro de 1935.
Arquivo Nacional - Torre do Tombo

De todos os 47, um dos mais penalizados terá sido Acácio Costa, que em Peniche, já depois de ter cumprido a pena a que fora condenado, continuava preso e acabaria por ser deportado para o Tarrafal, integrado no primeiro grupo de prisioneiros que chegou ao Campo de Concentração de Cabo Verde. Só regressaria passados 8 anos, em 1944.¹²

¹¹ Sobre Vicente Sequeira, vd. PT-TT-PIDE-E-010-91-18055

¹² CARMONA. Rosalina – “O Regresso das Bandeiras”, ed. Câmara Municipal do Barreiro/Arquivo Nacional Torre do Tombo, 2016



Acácio Costa quando estava preso na Fortaleza de Peniche em 1935, antes de ser deportado para o Tarrafal.
Foto cedida pelo filho Joaquim Costa

As condições prisionais e a forma como eram tratados os presos em Peniche e os castigos que lhes eram infligidos, voltam a ser referidos desta vez no jornal *Avante!* em setembro de 1935. Sob o título “Carcereiros Salazaristas”, é relatado que havia perto de três meses, um subchefe da esquadra de Peniche que prestava serviço no Presídio tinha por hábito submeter os presos a certos castigos, nomeadamente: «as cartas que os nossos camaradas dirigiam ao segundo comandante, eram por ele rasgadas, impossibilitando assim a satisfação das reclamações dos nossos camaradas. Não contente

com isso, este miserável serventuário do fascismo, procura todas as formas de provocação para com os nossos presos. Quere assim leva-los a uma insubordinação para depois os enviar para Angra. [...] Já por várias vezes este miserável ameaçou os nossos camaradas quando em recreio, de morte. [...] Foi por ordem deste ilustre defensor do Estado Novo, e ilustre sucessor do célebre Teles Jordão nos processos de lidar com os presos, que os nossos camaradas foram barbaramente espancados, quando se recusaram a fazer a limpeza das casernas.»¹³ E prossegue a descrição da situação em Peniche.

«Com as visitas aos camaradas da Fortaleza, o esbirro Andrade, usa de toda a sorte de grosserias e insolências. Faz apalpar as famílias dos camaradas presos, exigindo que estas apresentem documentos em que provem ser de facto pessoas de família dos presos. [...]

Este sub-chefe Andrade tem de tal forma educado os guardas, que estão sob as suas ordens, que um destes dias se deu o caso seguinte com um dos seus «pupilos» e «discípulos» na forma de lidar com os presos: ordenou ele a um camarada nosso que apanhasse o lixo que estava no chão, como o nosso camarada lhe objetasses que não tinha pá para apanhar o lixo, o miserável respondeu-lhe o seguinte: «você apanha-o sem pá, porque se for preciso também o come». A esta afirmação categórica, seguiu-se toda uma série de insolências ignóbeis, em que estes esbirros são muito pródigos.»¹⁴

Sabemos atualmente, através de investigação recente, que nos anos de 1934 a 1937 passaram pelos cárceres de Peniche 906 presos¹⁵. No entanto, as informações referentes à vida dos prisioneiros no Depósito de Presos da PVDE em Peniche são escassas, como se viu pela falta de arquivos da própria polícia, a não ser o Registo Geral de Presos, não se conhecendo muito do quotidiano prisional nem tão pouco qual o número anual de encarcerados. Surgem informações esporádicas da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, como é o caso de um Boletim de presos da PVDE¹⁶ datado de 25 de Setembro de 1936, que refere estarem ali enclausurados 169 prisioneiros num universo carcerário nacional de 1191 presos. No reverso do mesmo documento encontra-se o número de deportados, dispersos pelas várias prisões das antigas colónias portuguesas.¹⁷

¹³ GES-PCP, “Carcereiros Salazaristas”, Avante nº 11, II Série, Setembro, 1935, pg. 3

¹⁴ GES-PCP, “Carcereiros Salazaristas”, Avante nº 11, II Série, Setembro, 1935, pg. 3

¹⁵ Informação contida na obra ‘Forte de Peniche Memória, Resistência e Luta’, União de Resistentes Antifascistas Portugueses, 2017, 2ª ed.

¹⁶ PT-TT-AOS-D-G-8-4-1_m0003

¹⁷ PT-TT-AOS-D-G-8-4-1

2

Polícia de Vigilancia e Defesa do Estado

ARQUIVO SALAZAR LISBOA

25 de Setembro de 1936

Secção de Presos

Boletim de existencia de presos

Angra do Heroismo	143
Peniche	169
Porto	177
Inspecções e postos	186
LISBOA { Aljube	79
{ Esquadras	301
{ Hospitalizados	23
Casa de Reclusão do G.M.L.	28 (a)
Cadeia Penitenciaria	60
Presidio de Santarem	19
Cadeia de Beja	7
Total	1191

Mod. 202 - 2100-35

(a) 11 são cadetes de Mafra

V.S.F.F.

Boletim de presos da PVDE, 1936. Arquivo Nacional -Torre do Tombo

ARQUIVO SALAZAR LISBOA

Deportados

Timor	96
Guiné	6
Cabo Verde	43
Mozambique	12
Total	157

Um outro Boletim da Secção de Presos da PVDE refere, mas já em 17 de Maio de 1945, que se encontravam detidos nesta data na Fortaleza 62 presos¹⁸, num total de 661 encarcerados distribuídos por diversos estabelecimentos prisionais, entre eles os desterrados nas colónias.

*(a) - por evasão clandestina
(b) - provisoriamente, por falta de outro local.*

POLÍCIA DE VIGILÂNCIA E DEFESA DO ESTADO

Boletim da existência de presos e deportados *693*
em *17* de *Maio* de 19 *45*

Secção de presos

BIBLIOTECA NACIONAL
ARQUIVO
SALAZAR
LISBOA

PRESOS	LISBOA	Cadeia do Aljube	68
		Esquadras da P. S. P.	6
		Enfermarias e Hospitais	16
		Casa da Reclusão do Governo Militar	-
		Colónia Penal de Cabo Verde (Tarrafal)	161
		Depósito de Presos de Angra do Heroísmo	-
		» » » » Peniche	62
		» » » » Caxias	181
		Prisões da Delegação do Porto	97
		Presos nas Inspeções e Postos	66 (2)
	<i>Cadeia Penitenciária (Silva) (b)</i>	10	
		661	
DEPORTADOS		Timor	92
		Guiné	
		Cabo Verde	
		Moçambique	
		Total	92

Mod. 202 - SOCTIP - 2.000 ex.

Boletim da existência de presos elaborado pela PVDE e enviado a Salazar. Arquivo Nacional/Torre do Tombo

Este número, aparentemente menor se comparado com datas anteriores, pode corresponder a algumas amnistias que o regime foi forçado a conceder, em face das lutas do movimento social no contexto político internacional da II Guerra Mundial, mais favorável à oposição. Em breve a PVDE mudaria de nome para PIDE, numa tentativa de suavizar a imagem de uma das polícias mais violentas e criminosas da ditadura fascista, mantendo porém os seus métodos brutais e persecutórios.

É durante este período dos anos 40 do século XX, que ocorre uma situação que ainda hoje continua a ser um mistério. Numa prisão como a de Peniche, em que a ditadura fascista encerrava apenas homens em cumprimento de pena, ou medidas de segurança, encontravam-se detidas duas mulheres em 1942. As suas fichas prisionais nada nos dizem sobre os motivos que as terão levado à prisão.

¹⁸ PT-TT-AOS-D-G-8-4-27

Apenas referem os seus nomes e dados pessoais. Uma chamava-se Teresa Marques, tinha 42 anos de idade, era natural de Gaveto, Monte Redondo (Leiria) e residente em Souto de Carpalhosa. Era casada e declarou ser doméstica. Foi «posta à disposição da PVDE pelo Comando da PSP de Leiria em 29-06-942», enviada ao Tribunal Militar Especial em 13-07-1942, sendo condenada e transferida para o Depósito de Presos de Peniche em 16-07-942, de onde só teve ordem de liberdade condicional um ano depois, em 29-06-43.

A outra prisioneira chamava-se Maria de Jesus, tinha 34 anos de idade, nascera em Souto de Carpalhosa, era solteira e residia em Levegadas do Vale da Pedra, Lousã. Tal como Maria Teresa, de quem devia ser conhecida porque ambas tinham em comum o lugar de Souto de Carpalhosa, fora presa no mesmo dia pela PSP de Leiria, entregue à PVDE e levada a Tribunal Militar Especial sendo transferida para o Depósito de Presos de Peniche na mesma data que Teresa Marques. Ambos os processos são muito semelhantes e tudo indica que terão sido presas em conjunto e condenadas a pena igual. A questão que mais estranheza causa é, porque foram enviadas para uma prisão onde não havia mulheres e só havia homens.

Em que condições terão sobrevivido durante o ano que permaneceram encarceradas em Peniche, em que celas, que tipo de tratamento teriam relativamente aos restantes presos, o que sucedeu às suas vidas após a libertação. É um caso inquietante pelo desconhecimento que ainda temos, passados que são mais de 70 anos sobre o sucedido.

A verdade e a justiça, por vezes, demoram tempo demais.

Museu Nacional Resistência e Liberdade

10/02/2021